



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/2024

CONTRATO Nº: 20207/2024-CSL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO/FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** 54.164.085 **JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES**, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

O **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MONTEIRO**, Estado da Paraíba, pessoa jurídica de direito público, com sede na Av. Coronel Sizenando Rafael, 348, inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 11.442.838/0001-11, neste ato representado pela Prefeita, **ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO**, Casada, Prefeita, residente na Rua Pe. Arthur Cavalcante, 150, Centro- Monteiro/PB, portador do CPF nº. 012.556.184-93 e da Cédula de Identidade Civil RG Nº. 3.068.410- SSP/PB – 2º VIA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado o **54.164.085 JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES - RUA GILVERSON CORDEIRO DE ARAUJO, 366 CENTRO - MONTEIRO - PB, CNPJ nº 54.164.085/0001-72**, doravante simplesmente **CONTRATADO** decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 90016/2024**, processada nos termos da Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas de modificação de preço do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pelo Despacho nº PE 90016/2024-02, de 27 de Março de 2024, tem por objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA ATENDER A DEMANDA DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO (PB).**

VEÍCULO TIPO: MICROONIBUS - PLACAS: CDM6291.

ITINERÁRIO:

Sítio Várzea Limpa (Igrejinha da Várzea Limpa) – Sítio Várzea Limpa (Casa de Lourdinha) – Sítio Várzea Limpa (Casa de Lourdinha) – Sítio Várzea Limpa (Casa de Maria das Graças) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Suilens) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Cândida) – Sítio Cacimba de Cima (EMEF Tobias Remígio Gomes) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Cici) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Dona Seba) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Vitória) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Dona Zefinha) – Sítio Cacimba de Cima (EMEF Tobias Remígio Gomes). perfazendo diariamente 30 km. Noite – EJA.

Sítio Garapa (EMEF Manoel Maciel da Silva) – Sítio Malhada da Pedra (Campo Alex) – Sítio Malhada da Pedra (Bar de Valber) – Sítio Ipueira Funda (Campo de Zequinha) – Sítio Malhada Vermelha (Casa de Rangel Porteira) – Sítio Malhada Vermelha (Casa de Célia) – Sítio Ipueira Funda (Casa de Roberto) – Sítio Menfis (Casa de Nego) – Sítio Menfis (Casa de Marlene) – Sítio Poção (Casa de Adilson) – Sítio Salina (Casa de Evandro) – Sítio Salina (Casa de Eraldo) – Sítio Paraguai (Casa de Vanusa) – Sítio Barra Nova (Casa de Zé Tempero) – Sítio Barra Nova (Casa de Jailson). Ida e volta, perfazendo diariamente 82 km. Manhã.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 90016/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

Assinados por: ANNE RAFAELA DE SANT'ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Assinados por: JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://monteiro.pb.gov.br/verificacao/> ou o código BD87-0F61-8210-5F97





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO



O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 142.240,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL E DUZENTOS E QUARENTA REAIS).

Representado por: 10 x R\$ 14.224,00.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Sítio Várzea Limpa (Igrejinha da Várzea Limpa) – Sítio Várzea Limpa (Casa de Lourdinha) – Sítio Várzea Limpa (Casa de Lourdinha) – Sítio Várzea Limpa (Casa de Maria das Graças) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Suilene) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Cândida) – Sítio Cacimba de Cima (EMEF Tobias Remígio Gomes) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Cici) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Dona Seba) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Vitória) – Sítio Cacimba de Cima (Casa de Dona Zefinha) – Sítio Cacimba de Cima (EMEF Tobias Remígio Gomes). perfazendo diariamente 30 km. Noite – EJA.	KM	6000	6,35	38.100,00
3	Sítio Garapa (EMEF Manoel Maciel da Silva) – Sítio Malhada da Pedra (Campo Alex) – Sítio Malhada da Pedra (Bar de Valber) – Sítio Ipuieira Funda (Campo de Zequinha) – Sítio Malhada Vermelha (Casa de Rangel Porteira até a estrada nova) – Sítio Malhada Vermelha (Casa de Célia) – Sítio Ipuieira Funda (Casa de Roberto) – Sítio Menfis (Casa de Nego) – Sítio Menfis (Casa de Marlene) – Sítio Poção (Casa de Adilson) – Sítio Salina (Casa de Evandro) – Sítio Salina (Casa de Eraldo) – Sítio Paraguay (Casa de Vanusa) – Sítio Barra Nova (Casa de Zé do Tempero) – Sítio Barra Nova (Casa de Jailson). Ida e volta, perfazendo diariamente 82 km. Manhã.	KM	16400	6,35	104.140,00
Total:					142.240,00

No período de férias e/ou recesso escolar, o Contratado não terá direito a qualquer tipo de remuneração.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços e o valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

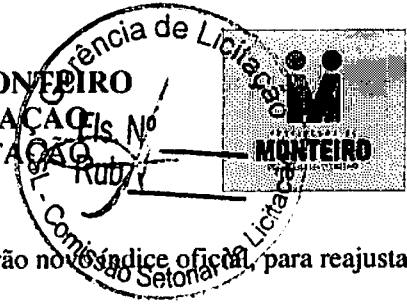
Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Assinado por 4 assinantes: JOSÉ RODRIGUES REZENDE MIMIGIO GOMES, RILDO MACIEL BERTO DA SILVA, ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO e ANA LORENA LEITE NOBRE LAGO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://monteiro.1doc.com.br/verificacao/BD87-0F61-9210-SF97> e informe o código BD87-0F61-9210-SF97





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO



Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível e previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos não Vinculados de Impostos: Recursos Ordinários:

Órgão: 13 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 13013 – Fundo Municipal de Educação.

Programa de Trabalho: 12.361.1009.2040 – Manutenção das atividades do Transporte Escolar

Programa de Trabalho: 12.361.1009.2037 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB – 30%

Natureza da Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 17010000 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneros dos Estados

15001001 Recursos não Vinculados de Impostos – MDE

15500000 Transferência do Salário– Educação

15690000 Outras Transferências de Recursos do FNDE Controle dos demais recursos originários de transferência

15401030 Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos – 30%

15411030 Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAF – 30%

15421030 Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT – 30%

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer o prazo de trinta dias, contados do período de adimplimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados na assinatura do Contrato:

a - Início: **3 (três) dias;**

b - Conclusão: **9 (nove) meses.**

A vigência do presente contrato será determinada: **até o final do exercício financeiro de 2024**, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

d - Informar o Contratado da necessidade de manutenção e/ou reparo corretivo do veículo, observadas as normas do respectivo fabricante constantes do manual de manutenção correspondente, o qual não deverá ser utilizado caso haja irregularidade;

e - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

f - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

Assinado por 4 pessoas: ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO e ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LU
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://monteiro.1doc.com.br/verificacao/BDB7-0F61-8210-5F97>





Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO



cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificarem a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação do Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

- As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
- É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.
- Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Monteiro.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes por duas testemunhas.

Monteiro - PB, 08 de Abril de 2024.

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO
Gestora do Fundo Municipal de Educação
012.556.184-93



Estado da Paraíba
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO



PELO CONTRATADO

54.164.085 JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES

54 164 085

JOSE JORDIMAR

REMIGIO

GOMES:541640

85000172

Assinado de forma
digital por 54 164 085

JOSE JORDIMAR

REMIGIO

GOMES:5416408500017

2

Dados: 2024.04.11

14:34:36 -03'00'

Assinado por 4 pessoas: JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES, RILDO MACIEL BERTO DA SILVA, ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO e ANINA LOPES DA BARRAGA LAGO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://monteiro.1doc.com.br/verificacao/BD87-0F61-8210-5F97> e informe o código BD87-0F61-8210-5F97





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BD87-0F61-8210-5F97

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ 54 164 085 JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES (CNPJ 54.164.085/0001-72) VIA PORTADOR JOSE JORDIMAR REMIGIO GOMES (CPF 176.XXX.XXX-91) em 11/04/2024 14:34:36 (GMT-03:00)
Emitido por: AC SAFEWEB RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ RILDO MACIEL BERTO DA SILVA (CPF 016.XXX.XXX-04) em 12/04/2024 08:50:41 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ANNE RAFAELLE DE SANTA CRUZ MELO (CPF 095.XXX.XXX-00) em 12/04/2024 09:43:04 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ ANNA LORENA LEITE NÓBREGA LAGO (CPF 012.XXX.XXX-93) em 12/04/2024 09:43:50 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://monteiro.1doc.com.br/verificacao/BD87-0F61-8210-5F97>